

As cores que descolorem: conservadorismo e efeitos de sentido

Colors that discolor: conservatism and effects of meaning

Fábio Jesus Esteves¹

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar efeitos de sentido decorrentes da prática discursiva da Ministra de Estado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Regina Alves, a respeito das cores que determinado gênero “deve” usar. Considerando a memória discursiva, as condições de produção do discurso e outros dispositivos da Análise do Discurso, inaugurada pelo filósofo e linguista Michel Pécheux, em diálogo com a Teoria Queer, orientada pela filósofa pós-estruturalista Judith Butler, este texto demonstra como o discurso conservador é capaz de potencializar a marginalização daqueles já postos à margem: as pessoas transgênero e demais minorias sexuais e de gênero. Foram trabalhados tópicos pertinentes ao ‘conservadorismo’ e à semiótica das cores para a melhor compreensão da sequência discursiva aqui analisada.

Palavras-chave: *Análise do Discurso. Teoria Queer. Pessoa Transgênero*

Abstract

This article aims to analyze the effects of meaning arising from the discursive practice of the Minister of Women, Family and Human Rights, Damares Regina Alves, regarding the colors that a certain genre "should" wear. Considering the discursive memory, the conditions of discourse production and other devices of Discourse Analysis, proposed by the philosopher and linguist Michel Pécheux, together with the Queer Theory, as described by the post-structuralist philosopher Judith Butler, this text demonstrates how the conservative discourse can enhance the marginalization of people who are already marginalized: transgender people and other sexual and gender minorities. Topics related to ‘conservatism’ and color semiotics were also handled for a better understanding of the discursive sequence analyzed here.

Keywords: *Discourse Analysis. Queer Theory. Transgender Person*

Recebido em: 27/04/2021.

Aceito em: 12/05/2021.

Introdução

Atualmente, é possível notar, em nível nacional, o crescimento de discursos de ódio na internet, estando as mulheres, os negros e a população LGBTQI+ entre os mais afetados². Isto não se deve por acaso, mas sim em decorrência da radicalização de

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLI) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2922-2849>.

² O QUE É DISCURSO DE ÓDIO. **Saferlab**, 2019. Disponível em: <http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

pensamentos sociais e políticos e da maior aceitação, por parte da sociedade brasileira, de ideias conservadoras.

Buscando nos estudos da História, principalmente na história do Brasil, é possível resgatar conceitos da obra *Historiografia Conservadora* (1988), de José Honório Rodrigues, na qual o autor elenca algumas características da corrente conservadora brasileira: a defesa da “razão de Estado”; a defesa das classes dominantes e exaltação dos grandes estadistas; pregação da continuidade histórica e combate à ruptura; conformismo e ‘dizer-amém’ aos poderosos e explicar fracassos como erros humanos. Para este artigo, tomam-se as características “defesa das classes dominantes” e “combate à ruptura” como elementos essenciais para o aprofundamento da análise a ser realizada.

Assim, conceitos conservadores ganham cada dia mais apoio social, principalmente em segmentos religiosos, visando manter inalterado o *status quo* de determinados grupos sociais, a exemplo das pessoas trans. Embora Rodrigues (1988) tenha tratado sobre o tema ao falar sobre historiadores brasileiros, em análise mais ampla, é possível trazer o debate para a sociedade em geral e para o Estado, pois o autor (1988, p. 3, grifo nosso) afirma que os conservadores “acreditaram sempre na razão de Estado, na necessidade de assegurar o *status quo*, com modificações mínimas e lentas, e que *entre o Estado existente e a revolução deveriam sempre defender o primeiro e esmagar a segunda*”.

Dessa forma, o presente texto fundamenta-se em autores da Análise do Discurso (inaugurada por Michel Pêcheux e, posteriormente, desenvolvida no Brasil por Eni Orlandi) e da Teoria Queer (Judith Butler e Berenice Bento), buscando compreender de que forma a heteronormatividade e a binaridade impositiva do gênero, juntamente com o discurso conservador, podem produzir diferentes efeitos de sentido sobre a pessoa trans.

Trata-se de um gesto de análise desenvolvido num momento histórico em que se intensificam casos de transfobia, com graves repercussões. Segundo o Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020³, realizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) e pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), somente naquele ano ocorreram 175 casos de transfeminicídios em todo o território nacional.

Frisa-se que, para a legislação brasileira, não existe o crime e nem a qualificadora intitulada “transfeminicídio”, como é o caso da qualificadora de homicídio intitulada feminicídio, encontrada no artigo 121 do Código Penal. A construção do termo se deu pela sugestão de Bento (2014, p. 1): “sugiro nomear os assassinatos cometidos contra a população trans como transfeminicídio, reforçando que a motivação da violência advém do gênero”. Eis a importância da palavra no processo de significação.

³ Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

Para além da palavra, o sentido

Para entender os efeitos de sentido no que toca este trabalho, é necessário primeiro ter a contextualização do conceito de gênero. Neste sentido, Judith Butler desconstrói o conceito binário do gênero e o eleva ao grau máximo da pessoalidade, uma vez que, para a referida autora, gênero é “uma designação psíquica e/ou cultural do eu” (BUTLER, 2014, p. 45).

Assim, partindo-se do pressuposto de que o gênero não é somente uma construção pessoal, mas também social e que a produção de identidades é algo permanente (BENTO, 2006), é de extrema importância tomar esta categoria na perspectiva da Análise do Discurso (AD), uma vez que Pêcheux (2014) entende o sujeito como uma posição no discurso. Desse modo, o gênero se encontra no centro de processos de significação. Frisa-se que, para Pêcheux (2014), o discurso não é somente uma representação, mas principalmente uma prática de significação do mundo, razão pela qual aproximamos o pensamento de Butler aos pressupostos da AD, considerando o processo de significação sobre as pessoas transgênero. Nas palavras de Cassana (2018, p. 59):

Há uma tentativa discursiva e, portanto, ideológica, de colocar os sujeitos transexuais a um esquadro social imposto por esse discurso dominante. Na hipótese de não caberem nas normas propostas, são relegados à margem, ao que está na periferia do discurso e da sociedade.

Dentro destes processos de significação e ainda fazendo a associação entre as reflexões de Butler e de Pêcheux, é importante trazer a questão do “corpo”, e tudo aquilo que ele pode ou não pode fazer, lembrando que Pêcheux (1983 [2012], p. 30) tratou do tema como “gestão social dos indivíduos”:

marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos.

Especificamente às pessoas transgênero e ao discurso que a elas remete, “há um colamento ao historicamente estabelecido, ou seja, há elementos pré-construídos que já atribuem sentidos prévios a esses sujeitos dos quais é muito difícil descolar-se (e deslocar-se)” (CASSANA, 2018, p. 62).

Considerando o materialismo-histórico, na AD há historicidade (processo que sofre alterações pelos sentidos), ou seja, deve-se fazer a análise do discurso sob o processo de produção de sentidos na sociedade e na história, sempre considerando que história aqui não é contexto, mas sim conceito político-social (ORLANDI, 2020). Desse modo, o conceito de que “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94) será fundamental para o entendimento da análise da sequência discursiva mais adiante.

Para Pêcheux (2014), o sujeito é interpelado pela ideologia – e a ideologia é constitutiva no discurso, sendo possível entender daí a construção de sentidos sobre os transgêneros, uma vez que o discurso é explicado como um “conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais, nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”

(PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p. 166). Assim, produzindo-se os discursos de classes dominantes, têm-se os efeitos de sentido que são reproduzidos sem reflexões ou debates.

Neste sentido, entende-se que, sem questionamentos, o preconceito se enraíza e se espalha na sociedade como um todo, sendo, muitas vezes, imposto por autoridades, e aqui nos interessam as autoridades políticas e religiosas, que estão inseridas nas classes dominantes:

O problema da tolerância em face de quem é diverso por motivos físicos ou sociais, põe em evidência o tema do preconceito e da consequente discriminação [...] devendo esse preconceito ser entendido como uma opinião ou conjunto de opiniões que são acolhidas de modo acrítico passivo pela tradição, pelo costume ou por uma *autoridade cujos ditames são aceitos sem discussão* (BOBBIO, 1992, p. 203-204, grifo nosso).

Apesar de Bobbio ter acertado em relação a conceitos aceitos sem discussão, há que se lembrar do conceito de esquecimento em Pêcheux, o que entendemos ser mais apropriado para explicar este fenômeno. Não se trata, pois, de opiniões, uma vez que o sujeito não é detentor daquilo que diz, mas sim de esquecimento, nos termos formulados por Pêcheux:

Concordamos em chamar *esquecimento nº 2* ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada*. Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para caracterizar um outro “esquecimento”, o *esquecimento nº 1*, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina (PÊCHEUX, 2014, p. 161-162, grifos do autor).

Tratando-se, portanto, de um “sistema inconsciente”, no qual o sujeito-falante não possui a noção de sua imersão e não pode se perceber fora dele, não há que se falar em opinião como quem detém total controle sobre o discurso. O sujeito-falante, então, só pode se inserir naquilo que já existe. Logo, há algo que sempre fala antes, sendo compreendido por Pêcheux (2014) como interdiscurso. Pêcheux (2014, p. 154) chama de “forma-sujeito” esta filiação na qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui, esquecendo-se do “já dito”.

Em seus gestos de análise, a AD não visa explicar o que foi dito ou está imbricado em determinado discurso, mas sim analisar como este discurso produz sentidos em determinada sociedade de determinada época e quais sentidos são estes, jamais esquecendo que “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2012, p. 84). Para Pêcheux (2014, p. 146-147, grifos do autor),

as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas [...] nas quais essas posições se inscrevem.

Nesta perspectiva, uma palavra não possui um sentido em si mesma, mas depende das condições de produção do discurso, ou seja, depende do “processo sócio-histórico no

qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 2014, p. 146). Daí busca-se uma compreensão do texto em sua materialidade linguística e como objeto simbólico que possui espessura semântica. Desta forma, a AD, enquanto disciplina de entremeio (ORLANDI, 2020), é capaz de contribuir para a melhor compreensão do efeito de sentidos que decorre dos discursos sobre as pessoas transgênero.

Cores que descolorem

Considerando a questão de gênero e que a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, é possível realizar um gesto analítico sobre a fala da Damares Regina Alves, atual ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Jair Bolsonaro, identificada oficialmente como “mãe, advogada, educadora e pastora evangélica”⁴, e que, logo após a posse no atual cargo, ocorrida no dia 02 de janeiro de 2019, afirmou, conforme a Sequência Discursiva (SD)⁵ a seguir:

SD: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa.” (Damares Alves, 2019)⁶.

O discurso que formou a SD aqui analisada foi gravado em um celular e disponibilizado na internet em formato de vídeo, contribuindo assim para a memória metálica, conceito elaborado por Orlandi (1996), possibilitando compreender como as tecnologias de linguagem são afetadas pela internet e pelo computador⁷, ocorrendo a significação em nível de grande circulação, uma vez que a fala viralizou⁸ na internet.

Curioso notar, em termos técnicos, que o discurso permitiu a circulação de sentidos, via redes sociais, ampliando os seus efeitos no espaço digital, uma vez que, atualmente, a circulação de enunciados também se dá via comentários, curtidas e compartilhamentos, possuindo um vasto alcance, afetando diretamente a circulação de sentidos.

Considerando o intradiscorso, uma primeira leitura desta SD permite pensar que, para a ministra e para quem lhe apoia, há binaridade de gênero, que precisa ser seguida de acordo com determinadas regras: quem é menino veste azul e quem é menina veste rosa. Ou seja, há o estabelecimento de padrões de cores. Neste sentido, torna-se fundamental abordar a questão da cor como algo capaz de produzir diferentes significações. Como determinada cor é absorvida e entendida em determinada sociedade de determinado contexto histórico?

De acordo com Guimarães (2000, p. 19, grifo nosso), para que a cor seja

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/damares-alves>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁵ As sequências discursivas, conforme Courtine (2009 [1981], p. 55), são definidas como “sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase”.

⁶ EM vídeo, Damares diz que “nova era” começou: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. **G1**, 03 jan. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/ndici/index.php?r=verbete%2Fview&id=119>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁸ Neologismo utilizado quando algum conteúdo se espalha rapidamente na internet, sendo consumido por diversas pessoas simultaneamente.

compreendida como signo, é necessário que “após ter a informação cromática, ela seja recebida pela nossa visão, conscientizada da sensação recebida e *interpretada na sua materialidade*”. Já como informação visual, Farina (1990) explica que a cor possui uma ação tríplice: impressionar, expressar e construir. Interessa-nos o conceito de construir, onde a cor “tendo um significado próprio, tem valor de símbolo e capacidade, portanto, de construir uma linguagem que comunica uma ideia” (FARINA, 1990, p. 27).

Sem a pretensão de aprofundar o tema sob o viés da semiótica, mas considerando a sua importância para a questão, é importante destacar a ação do signo, enquanto “[...] a ação de ser interpretado, apresenta com perfeição o movimento autogerativo, pois ser interpretado é gerar um outro signo que gerará outro e assim infinitamente, num movimento similar ao das coisas vivas” (SANTAELLA, 2008, p. 4). Assim, estabelecer padrões de cores é estabelecer padrões de signos, dos quais serão gerados novos signos, reproduzindo um determinado padrão.

Ocorre que, conforme Orlandi (1988, p. 18), “ler é saber que o sentido pode sempre ser outro”. Assim, considerando as condições de produção do discurso, é possível notar que não se trata apenas de uma padronização de cores, mas também de um processo de exclusão – não das cores propriamente ditas, mas de quem faz uso destas cores. Se menino veste azul e menina veste rosa, logo, menino não pode vestir rosa e menina não pode vestir azul. Mas o sentido vai além.

Não se trata, portanto, de cores e muito menos de padrão em vestimentas, uma vez que naquele ano, Jair Bolsonaro tomou posse como Presidente da República, carregando consigo toda a memória discursiva, o interdiscurso que fez com que fosse eleito pela maioria de votos - “com o já-dito que está na base do dizível” (ORLANDI, 2020, p. 29) de seu discurso - sendo possível perceber a ideologia dominante de uma minoria, interpelando a maioria da população brasileira, à época da eleição de 2018.

Mas também não se trata de tomada de posição coletiva e consciente, pois, conforme Althusser (1967, p. 205) afirma: “a ideologia faz, pois, organicamente parte, como tal, de toda uma totalidade social”. A ideologia, portanto, nunca é nítida e não descreve necessariamente uma realidade, mas sim uma vontade:

Na ideologia os homens expressam, com efeito, não as suas relações nas suas condições de existência, o que supõe, ao mesmo tempo, relação real e relação “vívda, imaginária” [...]. Na ideologia, a relação real está inevitavelmente invertida na relação imaginária: relação que exprime mais uma vontade (conservadora, conformista, reformista ou revolucionária), mesmo uma esperança ou nostalgia que não descreve uma realidade (ALTHUSSER, 1967, p. 207).

Desse modo, destaca-se como forças políticas dominantes atuavam nas condições de produção do discurso no momento da enunciação, sendo tais condições determinadas não só pela ideologia, mas também pela condição sócio-histórica. É sabido que, anteriormente ao Jair Bolsonaro e ao governo de Michel Temer, o Brasil esteve sob a governança de um partido (Partido dos Trabalhadores) considerado progressista em suas pautas, tendo diversas pautas sociais levadas em consideração, dentre elas a questão das pessoas trans (representatividade e, à época, o debate específico sobre o nome social).

Para demonstrar tais conquistas neste período, é possível citar os seguintes avanços a nível nacional:

- a) 2004: instituído o Dia Nacional da Visibilidade Trans, ocorrendo todo o dia 29 de janeiro, após o lançamento oficial da campanha “Travesti e Respeito” promovida pelo Ministério da Saúde;
- b) 2006: aceitação do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS) através da Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde;
- c) 2008: o SUS cria o processo transexualizador (portarias 1.707 e 457 do Ministério da Saúde) – dentre várias mudanças, há a realização da cirurgia de redesignação sexual e a criação de uma rede de acolhimento às pessoas trans pelo SUS;
- d) 2016: primeiro caso de alteração de registro civil em relação ao nome e gênero sem a necessidade de avaliação médica, cirurgia de redesignação sexual ou atestado (via pedido formulado pela Defensoria Pública da União ao Conselho Nacional de Justiça);
- e) 2017: a primeira jogadora transexual brasileira (Tiffany Abreu) recebe autorização da Federação Internacional de Vôlei para atuar com as mulheres. Apesar de a autorização ter vindo de uma instituição internacional e, à época, a jogadora atuar em um time da Itália, tal destaque é importante pois se trata da primeira atleta transexual brasileira a conseguir tal autorização;
- f) 2018: Supremo Tribunal Federal (STF) autoriza a alteração de nome e gênero no registro civil sem a necessidade de autorização judicial.⁹

Assim, pessoas antes marginalizadas na e pela sociedade passaram a ter visibilidade e voz. Metaforicamente falando, meninos passaram a poder vestir rosa e meninas passaram a poder vestir azul. Mesmo que restasse ainda muita discriminação, alguns passos foram dados em direção ao progresso e ao respeito às pessoas transgênero, gays, lésbicas e outras pertencentes às minorias de sexo e de gênero.

Ao afirmar que, a partir de então, “menino veste azul e menina veste rosa”, é possível compreender o reforço de uma ideologia dominante que, por muitos anos, excluiu aqueles que não se identificavam com o sexo biológico em que nasceu. Para além das cores, trata-se de uma alteração na essência do ser de muitas pessoas: um retrocesso.

Neste ponto, é importante lembrar o que afirmou Rodrigues (1988, p. 6): “os conservadores pregam a continuidade histórica e combatem a ruptura [...]”. É sabido que o autor falava sobre historiadores brasileiros, entretanto, é possível perceber uma analogia entre a fala do autor e a SD analisada. Nota-se a necessidade de Damares Alves combater a ruptura que havia sido criada em relação aos costumes e à tradição. Sobre tradição, a respeito do conservadorismo moderno, é possível trazer ao debate o pensamento do conservador Roger Scruton (2015b, p. 85, grifo nosso):

A tradição tem um duplo poder. Em primeiro lugar, ela confere *razão* à história, e portanto, coloca o passado diante de um objetivo atual [...]. Em segundo lugar, a tradição surge da própria *organização* da sociedade, não sendo apenas um mero aprisionamento do exercício do poder. As tradições surgem e exigem respeito onde quer que os indivíduos procurem se relacionar com algo transcendente.

⁹ PINHEIRO, Malu. Dia da Visibilidade Trans: uma linha do tempo da luta e dos direitos de travestis e transexuais. Revista Glamour, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/noticia/2021/01/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo-da-luta-e-dos-direitos-dos-travestis-e-transexuais.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.

Razão e organização, são, portanto, dois conceitos-chave que os conservadores modernos utilizam para justificarem seus atos, sendo possível questionar até onde estes conceitos podem ser manipulados para interesses das classes dominantes.

Um ponto de destaque na SD é o trecho “É uma *nova era* no Brasil” (grifo nosso). Considerando o efeito de temporalidade, questiona-se: há novidade em conceitos conservadores? Aqui é possível notar na enunciação, parafraseando Pêcheux (2014), que se diz X (“É uma *nova era* no Brasil”), para não se dizer Y – não há nova era, mas sim um reforço da “era” já existente, não há novidade. Além disto, há a ilusão da autoria, pelo esquecimento da própria interlocutora, quanto às suas interpelações ideológicas – religiosas, jurídicas, etc.

Ao tratar sobre o esquecimento nº 2, Pêcheux (2014, p. 164, grifo do autor) afirma que este “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua ‘*liberdade*’ de sujeito-falante”. Não há, portanto, autonomia da ministra Damares Alves em criar uma “nova era”, pois se trata de uma ilusão do controle daquilo que se diz, pelo efeito da ideologia e do inconsciente.

Não menos importante é a posição-sujeito assumida pela ministra Damares Alves, cabendo lembrar que não se trata do sujeito empírico/individual (a pessoa Damares Alves), mas do sujeito discursivo, ou seja, uma posição de sujeito do discurso: ministra da Mulher, da Família e dos *Direitos Humanos* (grifo nosso). Conforme Grigoletto (2008), trata-se de um lugar social de onde fala o sujeito, sendo marcado por relações de poder e não há como excluir isto do discurso.

O termo “nova era” nos remete, ainda, às novas relações que daí podem surgir sendo interpeladas pela ideologia, considerando que, para Pêcheux (2014, p. 133, grifos do autor):

O aspecto ideológico da luta para a transformação das relações de produção se localiza, pois, antes de mais nada, na luta para impor, no interior do complexo dos aparelhos ideológicos de Estado, *novas relações de desigualdade-subordinação* [...], que acarretariam uma transformação do conjunto do “complexo dos aparelhos ideológicos de Estado” em sua relação com o aparelho de Estado e uma transformação do próprio aparelho de Estado.

Assim, observa-se na sequência discursiva analisada um caráter de exclusão, que evidencia, linguisticamente, o reforço de conceitos conservadores, capazes de marginalizar aqueles que ousam pensar e agir diferente. Conforme Pêcheux (2014, p. 130), as “ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas de práticas”, não se tratando de uma ideia que possa ser discutida (menino pode vestir azul e menina pode vestir rosa), mas sim de uma prática social que deve ser seguida (menino deve vestir azul e menina deve vestir rosa).

Entendendo que o debate não se restringe às cores e afetam, em verdade, o corpo, é importante considerar que, conforme Courtine (2009, p. 9):

O discurso e as estruturas estavam estreitamente ligados ao poder, ao passo que o corpo estava ao lado das categorias oprimidas e marginalizadas: as minorias de raça, de classe ou de gênero pensavam ter apenas o próprio corpo, para opor ao discurso de poder, à linguagem

como instrumento para impor o silêncio aos corpos.

Enquanto opressão das minorias, não há que se falar em escolha (que vai muito além da cor de uma roupa, por exemplo) e muito menos de liberdade, pois aqui as cores não mais colorem o mundo. Considerando que “os lugares de enunciação, por presença ou ausência, configuram um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa) e são diretamente afetados pelos processos históricos de silenciamento” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 66), tem-se, então, um processo de silenciamento daqueles que se encontram em desacordo com a “nova era”.

Cabe observar que, na SD analisada não há qualquer menção ao termo “gênero” ou “sexualidade”, mas o não-dito está presente, em funcionamento, implícito. E significa, precisamente assim, pois “na AD, o implícito, que é apreendido por inferências, atravessa as palavras e as imagens, deixando sempre em aberto possibilidades para outras leituras” (ERICSON, 2020, p. 714). De acordo com Orlandi (2002, p. 106), “o implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer”.

Considerações finais

Analisar como o discurso significa é compreender que a língua funciona para produzir sentidos e que a linguagem, em seu todo, não é transparente (ORLANDI, 2020). Neste trabalho, tendo em conta o espaço digital, considera-se que com maior circulação ocorre o excesso do dizer, contribuindo assim para a circulação de sentidos e de uma ideologia discriminatória, afetando outros sujeitos discursivos, diretamente afetados pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2020).

Tendo em conta que as palavras “significam pela história e pela língua” (ORLANDI, 2020, p. 30), demonstrou-se que a posição-sujeito assumida pela ministra Damares Alves filia-se a um discurso conservador, contribuindo para a perpetuação da discriminação e para o aumento da opressão daqueles já marginalizados pela sociedade brasileira. Compreender como o discurso funciona (e seus efeitos de sentido) é um passo importante no enfrentamento à discriminação das minorias sexuais e de gênero no país, e ousar se revoltar é o nosso maior desafio nesse tempo histórico.

Referências

ALTHUSSER, L. Marxismo e humanismo. *In: Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020**. Brasil, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

BENTO, B. **A reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

- BENTO, B. **Brasil: país do transfeminicídio**. Brasil, 04 jun. 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11606>. Acesso em: 21 mar. 2021.
- BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 18ª tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.
- CASSANA, M. F. **Língua, discurso e gênero: uma análise em contraponto**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 4, p. 55-68, dez. 2018. ISSN 1982-5935. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/20937>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- COURTINE, J. J. (1981). **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. Tradução de Christina de Campos Velho Birck *et al.* São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- COURTINE, J. J. ;VIGARELLO, G. **História do corpo: as mutações do olhar – o século XX**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- EM vídeo, Damares diz que 'nova era' começou: 'meninos vestem azul e meninas vestem rosa'. **G1**, 03 jan. 2019. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- ERICSON, S. “Desalentadas”: subjetivação em dizeres sobre as mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, dez. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300707&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 nov. 2020. Epub Out. 16, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p707>.
- FARINA, M. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blucher, 1990.
- GUIMARÃES, L. **A cor como informação: a construção biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores**. São Paulo: Annablume, 2000.
- GRIGOLETTO, E. Do lugar discursivo à posição-sujeito: os movimentos do sujeito-jornalista no discurso de divulgação científica. *In: Práticas discursivas e identitárias – sujeito e língua*. CAZARIN, E.A.; GRIGOLETTO, E. ; MITTMANN, S. (Orgs.). Porto Alegre: Nova Prova, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. *In: MARX, K.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- O QUE é discurso de ódio. **Saferlab**, 2019. Disponível em: <http://saferlab.org.br/o-que-e-discurso-de-odio/>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

- ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1993,
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni P. Orlandi *et al.* 5. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2014.
- PINHEIRO, M. Dia da Visibilidade Trans: uma linha do tempo da luta e dos direitos dos travestis e transexuais. **Revista Glamour**, 29 jan. 2021. Disponível em: <https://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/noticia/2021/01/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo-da-luta-e-dos-direitos-dos-travestis-e-transexuais.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**: A historiografia conservadora. Vol. II, t. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1988.
- SANTAELLA, L. **A teoria geral dos signos**: Como as linguagens significam as coisas. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
- SCRUTON, R. **O que é conservadorismo**. Tradução de Guilherme Ferreira Araújo. 1. ed. São Paulo: É Realizações, 2015.
- ZOPPI-FONTANA, M. G. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. **Revista Conexão Letras**, Porto Alegre, RS, v. 12, n. 18, jan. 2017. ISSN 2594-8962. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457>. Acesso em: 12 nov. 2020. doi: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>.